

O Mito da Liberdade de Expressão em Cinco Notícias¹

Barbara HELLER²

Resumo

A censura, na contemporaneidade, é uma das formas de violência simbólica que ainda afeta cidadãos dos mais variados países e regimes do planeta. Este artigo contempla cinco notícias veiculadas em 2014, pela internet, sobre mulheres vítimas de censura e questiona se o silenciamento que lhes é imposto contribui para o apagamento de suas memórias. Para isso, recorremos a teóricos que relacionam história, cultura e comunicação como Beatriz Sarlo, Alain Touraine, Tzvetan Todorov, Venício Artur Lima, Walter Benjamin e Cristina Costa. A conclusão a que chegamos é que palavras, narrativas e memórias permanecem ativas, apesar das tentativas, menos ou mais impositivas, para silenciá-las.

Palavras-chave

Censura; mulheres; memória; narrativa

Tzvetan Todorov afirma que

o estatuto da memória nas sociedades democráticas não parece definitivamente garantido. Talvez sob a influência de alguns escritores talentosos que viveram em países totalitários, a valorização da memória e a simultânea acusação contra o esquecimento difundiram-se nestes últimos anos fora do seu contexto original (2002, p. 141).

Suas palavras fazem todo o sentido no contexto brasileiro. No dia 24 de novembro de 2014, saiu publicada na **Folha de S. Paulo** a notícia de que o direito ao esquecimento seria debatido no Supremo Tribunal Federal. De um lado do processo, está a TV Globo, que rememorou o caso Aída Curi, estuprada e assassinada por jovens da classe média do Rio em 1958. De outro, estão seus familiares, que pedem indenização, alegando que a emissora abriu antigas feridas.

Também há os casos de acusados, cujas penas já foram cumpridas, que reivindicam o direito de serem esquecidos.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Docente do PPGCOM da Universidade Paulista (UNIP). Pós-Doutora em Comunicação pela Universidade Paulista (Eca-USP) e pela Universidade Metodista (UNIMESP-SP) e pesquisadora associada do OBCOM-Usp.

Não se trata apenas de debater, como sugerem os estudiosos da memória, de que o passado não existe, uma vez que ele só se faz presente quando é acionado e ressignificado. Ou de questionar se assuntos da vida privada, quando de interesse público, podem ou devem ser publicados, independentemente dos desejos de seus protagonistas. Trata-se, ao fim e ao cabo, do direito à liberdade de informação e de expressão, tema ainda tão polêmico, que muitas vezes se recorre à justiça para determinar se determinadas notícias, informações, imagens etc., podem circular livremente nos mais variados suportes midiáticos.

Além dos aspectos jurídicos, há também os emocionais, uma vez que tudo que se liga ao passado (longínquo ou recente) está pleno de sensações. São elas que impedem o apagamento do passado. Basta um aroma, uma música, um desenho, uma palavra, que ele nos toma de assalto, mesmo quando não é convocado. Incontrolável e soberano, o passado pode ser, no máximo, silenciado.

Preservado pelas narrativas – especialmente pelas histórias de vida – o passado “é grande demais para ser entregue ao entusiasmo ou à cólera” (TODOROV, 2002, p. 141).

Segundo Beatriz Sarlo, existem as narrações massivas, os grandes eventos, que são constituídos por um círculo hermenêutico fechado, normatizador das visões dos fatos e agente de um princípio organizador, com começo, meio e fim. Constrói-se, assim, uma falsa linha do tempo do tempo, na qual se elencam heróis e destituídos, se oferecem mais certezas que hipóteses.

Um princípio organizador simples exerce sua soberania sobre acontecimentos que a história acadêmica considera influenciados por princípios múltiplos. Essa redução dos campos das hipóteses sustenta o interesse público e produz uma nitidez argumentativa e narrativa que falta à história acadêmica (SARLO, 2007, p.14)

As matérias de que trataremos não são “massivas”, mas da vida cotidiana, da história cultural de vários países: na Inglaterra, uma mãe recusa-se a se sentir ofendida porque amamentava seu filho publicamente em um hotel em Londres (**The Guardian**, 02/12/2104); no Irã, uma mulher é condenada à prisão por tentar assistir a um jogo de vôlei (**Notícias.terra.com.br**, 02/11/2014); no Brasil, um espetáculo teatral é censurado em Minas Gerais, por mostrar um beijo na boca entre duas mulheres (**Mais notícias**, 16/07/2014); no Canadá, uma fotógrafa tem sua conta no Instagram censurada porque clicou seus pelos pubianos ligeiramente acima da calcinha do biquíni

(**Huffington Post**, 17/10/2014) e finalmente, na Turquia, a afirmação do seu presidente, Recep Tayyip Erdogan, de que não existe igualdade entre gêneros (**avanzada.reduc.edu.cu**, 27/11/14).

Trata-se, portanto, de uma pequena amostragem, mas bastante significativa, da prática censória sobre mulheres na contemporaneidade, nas mais diversas partes do planeta e regimes políticos.

Não é por acaso que todas elas giram em torno de protagonistas femininas. Além de a censura sobre mulheres veiculada na mídia digital entre 2012 e 2014 ter sido nosso tema de pesquisa desenvolvido no pós-doutorado no Obcom-Usp, sob a orientação da profa. Dra. Cristina Costa, as mulheres são consideradas, segundo Beatriz Sarlo, especialistas na dimensão do público do privado, ocupando importante lugar na história cultural. (2007, p.17). Alain Touraine, na recente obra **O Mundo das Mulheres** (2010) reforça esse pensamento quando afirma que

o movimento feminista transformou profundamente a condição das mulheres em diversos países [...] Entre os cidadãos dos países ocidentais, somente um pequeno número rejeita as conquistas e as ideias do feminismo.[...] As ações contra a desigualdade e as discriminações representam efetivamente a parte mais visível da ação feminina, e as consequências no comportamento das mulheres são as mais profundas e também as que têm maior visibilidade (p. 19).

Também são elas as grandes contadoras de histórias, como a inesquecível Sherazade.

As mulheres que serão tratadas adiante são gente “comum”, que em nada se aproximam das celebridades ou dos comportamentos que as mídias procuram noticiar. Elas apenas buscam a “construção de si”, expressão que tomamos emprestada de Alain Touraine, quando entrevistou mulheres francesas entre 2004 e 2005. Trata-se de mulheres responsáveis pela sua individualidade, pela liberdade de escolher sua própria vida, “[em] oposição a toda definição imposta de fora” (TOURAINÉ, 2010, p. 47). São mulheres que poderiam ser as narradoras dos eventos que protagonizaram e não narradas e, muito menos, silenciadas.

Recorremos agora a Walter Benjamin, especificamente ao seu texto **O Narrador**, em que expõe a diferença entre narrador e romancista. O primeiro conta aquilo que experimentou e se integra aos ouvintes; o segundo é um indivíduo isolado, que não recebe nem sabe dar conselhos. O narrador não quer contar as coisas como um relatório ou uma informação, ao contrário, quer se misturar naquilo que relata. “Assim

se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (1994, p. 205).

A censura é uma tentativa política de silenciamento dos discursos, sejam eles narrativas ou romances, orquestrada por regimes políticos autoritários e também pelos democráticos. Nesse último, seria de se esperar que indivíduos ou grupos sociais tivessem o direito de saber por si mesmos, conhecer e narrar suas próprias histórias, mas não é o que acontece, como mostram as notícias a seguir. Há sempre mediações, interdições e conflitos de interesse que fazem prevalecer direitos de setores hegemônicos da sociedade em detrimento dos demais, entre eles, das mulheres, apesar das inquestionáveis conquistas dos movimentos feministas desde o século XIX no mundo ocidental.

Notícia 1 – **The Claridge’s breastfeeding incident is absurd – I refuse to be offended** (The Guardian)³

Publicada em 2 de dezembro de 2014, essa notícia não nos parece sequer original. Tivemos, no Brasil, a mesma reação adversa: em março de 2011 uma funcionária do Itaú Cultural, em São Paulo, impediu uma visitante de amamentar seu filho. A reação, organizada pelas redes sociais, permitiu que, poucos dias depois, um grupo de mais de 50 mulheres dessem de mamar ao mesmo tempo a seus bebês, no saguão do referido Instituto.

Na Inglaterra, Louise Burns amamentava seu filho no hotel Claridge, quando um garçom pediu-lhe para cobrir o rosto do bebê com um guardanapo. Ao tuitar o ocorrido, muitas pessoas, ao invés de apoiarem Louise, ofenderam-se com ela por ter amamentado seu bebê publicamente. O que chama a atenção nesse episódio são pelo menos quatro características: 1. A maneira passional de a articulista, Deborah Orr, comentar o episódio; 2. a vigilância simulada ao corpo da mulher, quando o garçom pede para cobrir o rosto do bebê e não seu seio; 3. A imediata midiaticização do fato; 4. A reação conservadora nas redes sociais num país cuja capital ficou conhecida pela sua contracultura nos anos 1970 e multiculturalidade na contemporaneidade.

³ O incidente no [Hotel] Claridge é absurdo – Eu me recuso a ser ofendida



Fig.1: ‘Every person who thinks that they should not be exposed to breastfeeding needs to ask themselves how they got so messed up in the head.’ Foto: Getty Images .

(Disponível em: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2014/dec/02/claridges-breastfeeding-babies>. Acesso: 10 jul. 2015)⁴

Deborah Orr, a articulista, assim como Louise, se utilizaram das novas mídias para relatar o episódio. Ocorre, no entanto, que apesar de a primeira não ter estado presente à cena, tudo que se lê é apenas sua opinião pessoal, como já se observa no primeiro parágrafo: “It’s the waiter I feel sorry for. And the waiter’s supervisor. It’s anyone who sees a tiny baby doing what comes naturally and, instead of being touched for a moment by the wonder of life, gets “offended”⁵.

A voz de Louise é silenciada no texto; não há nenhum recurso como o uso das aspas ou paráfrases para indicá-la. A narração, portanto, embora em primeira pessoa, acaba sendo indireta. Deborah Orr, portanto, não se comportou como uma narradora, no sentido benjaminiano. Não pôde se misturar aos fatos, porque não os vivenciou e, apesar de condenar a censura ao corpo, calou a voz de quem mais precisava ser ouvida e protegida: a da mãe.

⁴ Quem pensa que não deve ser exposto a uma cena de amamentação precisa se perguntar por que faz tamanha confusão em sua cabeça. (Tradução livre)

⁵ Sinto pena é do garçom. E do supervisor dele. E de qualquer um que ao invés de ficar tocado por um momento maravilhoso da vida, de ver um lindo bebê se alimentar naturalmente, se sente ofendido. (Tradução livre)

O máximo que a articulista alcançou foi ser porta-voz de uma parte da população britânica que combate o falso moralismo e ajudar na campanha pela amamentação em ambientes públicos. E, ao final, proclama:

Babies know nothing of Claridge's, of waiters, of Twitter, of offence; and that is how we all started out. Babies know breasts only as givers of milk. The ability to take offence at the sight of breastfeeding is a thing that is taught and learned. It's not just anti-woman; it's anti-human⁶

Notícia 2 – **Iraniana é condenada a prisão por tentar ver jogo de vôlei**
(Notícias.terra.com.br)

Esta curta notícia conta que Ghoncheh Ghavami, com dupla cidadania (iraniana e britânica), foi detida em junho de 2014 em um ginásio de Teerã, enquanto esperava assistir a uma partida da Liga Mundial masculina entre Irã e Itália.



Fig. 2: Ghoncheh Ghavami. Foto: Reprodução / Change.org

Disponível em:

<http://noticias.terra.com.br/mundo/oriente-medio/iraniana-e-condenada-a-prisao-por-tentar-ver-jogo-de-volei,2533141892f69410VgnCLD200000b2bf46d0RCRD.html>

Acesso: 12 jul. 2015

⁶ Bebês nada sabem sobre o hotel Claridge, nem sobre garçons, nem sobre o Twitter, nem sobre ofensa, é assim que todos nós começamos. A habilidade de se sentir ofendido pela mera visão de amamentação é algo ensinado e aprendido. Não é algo apenas contra a mulher; é contra o humano. (Tradução livre)

A jovem, liberada depois de algumas horas, voltou a ser detida. Dessa vez, “por motivos de segurança”, acusada de ter feito propaganda contra o regime. Ao todo, permaneceu 126 dias presa e seu julgamento ocorreu em outubro de 2014.

Ainda segundo a reportagem, as mulheres no Irã são proibidas de assistirem a jogos de futebol e vôlei masculinos para serem poupadas dos comportamentos “obscenos” da torcida masculina.

Todas as mulheres, inclusive as jornalistas credenciadas, foram impedidas de assistir ao jogo de vôlei masculino entre Irã e Itália no ginásio Azadi, de Teerã.

Trata-se de um regime republicano e teocrático, que censura as mídias sociais e condena seus inimigos à morte, apesar dos protestos mundiais e da própria ONU.

Ghoncheh Ghavami, por ter dupla cidadania, assemelha-se ao perfil do grupo das muçulmanas estudadas pelo sociólogo Alain Touraine, na França, em 2004. Elas têm tamanho empenho pela própria emancipação, que mal percebem outros objetivos além deste (2010, p. 137). São conscientes do perigo da violência, mas ainda assim, pelo menos as que vivem na França, não querem renunciar à sua identidade muçulmana, menos ainda à sua laicidade (2010, p. 145).

Alain Touraine é enfático em sua conclusão:

Será que ainda podemos imaginar que essas mulheres muçulmanas, de um lado, devem escolher entre uma crença e uma comunidade e, de outro, a sociedade francesa e laicidade? Ao contrário! O que as define é a ação permanente, em geral dolorosa, para não ter que escolher, para não se privar nem de uma parte da própria personalidade nem da outra, para ser diversas pessoas em uma (2010, p. 146).

Trata-se, na verdade, de não ter de escolher entre uma cultura ocidental e oriental. Ghoncheh Ghavamivi é mais do que si mesma; é um símbolo, pois representa uma personalidade múltipla, multicultural, que tenta se libertar do antifeminismo e se comunicar por si mesma, mesmo quando está em solo iraniano.

A notícia, não assinada, traz o logotipo da AFP, isto é, da Agence France-Presse, tida e havida como uma das mais prestigiadas do mundo. Fundada em 1835, é conhecida por cobrir todos os tipos de fatos ao redor do mundo: de esportes, a política, das últimas descobertas científicas a comportamentos. Portanto, ela cumpriu o papel que cabe às mídias: narrou, mas, principalmente, informou. Ou, seja: retirou do leitor sua livre interpretação para que o episódio narrado ficasse circunscrito a uma determinada

amplitude. O narrador, como lamentaria Walter Benjamin, não “imprimiu sua mão como a mão do oleiro na argila do vaso”.

Notícia 3 – **Sesiminas censura espetáculo com beijo entre mulheres** (Mais Notícias)

Para quem já estudou tão longamente a censura no teatro, como os pesquisadores do Obcom-USp, a notícia não é surpreendente. Mesmo em tempos de plena democracia, ainda se vetam espetáculos em que mulheres trocam beijos na boca, pois são consideradas atentatórias à moral. Confunde-se, ainda, nudez ou erotismo com pornografia.

A peça **Beijo na Boca**, de Ronaldo Boschi, diretor de teatro e fundador do CPT (Centro de Pesquisas Teatrais) versa sobre uma relação amorosa entre duas mulheres que, ao final, se beijam. Ela deveria estrear para comemorar o 40º aniversário do grupo, mas isso acabou não acontecendo, apesar de a diretora, filha do autor, acatar os cortes propostos pelo juizado de menores e alterar várias cenas. É o que conta Gustavo Rocha, em cujo primeiro parágrafo já deixa claro aos leitores seu engajamento contrário à censura, ao reproduzir os versos de Maria Bethânia, cantados nos idos anos de 1965: “É um tempo de guerra, é um tempo sem sol”.

Logo em seguida, o articulista faz uma pergunta puramente retórica, que realça sua resposta enfática:

Se a música [de Maria Bethânia] parecia propícia pelo contexto histórico (ditadura militar desde 1964), ela poderia soar nostálgica a quem a ouve em tempos de democracia consolidada no Brasil, certo? Errado. (Disponível em: <http://www.otempo.com.br/divers%C3%A3o/magazine/sesiminas-censura-espet%C3%A1culo-com-beijo-entre-mulheres-1.883877> Acesso: 14 jul. 2015).

Gustavo Rocha é um “narrador-moleiro”, conceito que adaptamos das ideias de Walter Benjamin: entrevistou e deu voz à diretora, além de defender suas causas e informar os leitores. Sua narrativa está mergulhada na vida do narrador, a quem ele deu voz em muitas oportunidades: a diretora Roberta Luchini Boschi, como no trecho que segue:

Um pai de uma aluna, menor de idade, me disse que a filha estava incomodada com seu papel. A menina aparecia de roupa íntima por cima de um collant. Ela não ficava nua. Não tem pornografia na peça. (Disponível em: <http://www.otempo.com.br/divers%C3%A3o/magazine/sesiminas-censura-espet%C3%A1culo-com-beijo-entre-mulheres-1.883877>. Acesso: 12 jul. 2015.)

Embora a aluna em questão não fosse interpretar o beijo, várias cenas foram alteradas pela diretora e informadas ao Sesi. Ainda assim, o pai da atriz mirim ameaçou chamar o Juizado de Menores, caso a peça fosse encenada. O Sesi, por decisão jurídica, cancelou o espetáculo.

Não se trata, portanto, de atentado a menores de idade, mesmo na condição de atores, uma vez que, por força de lei no Brasil, quando atuam em espetáculos, têm contratos assinados por seus pais ou responsáveis. Trata-se, isto sim, de um atitude intimidatória do pai da menina.

Já é consenso entre os que estudam o Brasil que a cultura portuguesa imposta desde o momento em que fomos oficialmente descobertos não só tentou eliminar qualquer vestígio das crenças, línguas e costumes dos indígenas, nossos primeiros habitantes, como também introduziu a prática da censura. Segundo Cristina Costa

foi fácil adaptar para a regulamentação do campo artístico práticas arbitrárias com as quais se costumava defender a religião e os interesses lusitanos. A passagem, portanto, de rotinas de controle, fiscalização e demonstrações de poder do Período Colonial para o Império se deu sem resistência [...]. (COSTA, 2008, p.52)

Até hoje, em pleno regime democrático, o público ainda é visto como frágil, necessitando da tutela de um governo que se proclama detentor de critérios que garantam os bons usos e costumes.

A ironia dessa proibição, segundo a notícia, é que o próprio autor da peça foi atuante nos tempos da ditadura militar, convivendo e combatendo a censura.

Impossível não lembrar das páginas finais do livro **Censura em cena**, nas quais a autora elenca cinco grandes prejuízos que a censura trouxe para a cultura brasileira:

1. A censura faz aumentar o respeito e a consideração pelo artista estrangeiro e enfraquece a produção nacional;
2. A censura homogeneiza e pasteuriza a produção artística, pois o corte de palavras ou troca de expressões enfraquecem conflitos e abrandam paixões;
3. A censura prejudica os menores, os amadores, os alternativos: o poder torna sempre mais frágil o artista iniciante que acaba desistindo de resistir sozinho;
4. A censura acovarda o artista: os castigos que a censura infringe ao artista causam males indeléveis a seu caráter e à sua personalidade;
5. A censura, como toda forma de coerção, não encontra limites (2008, pp.262-267).

O CPT, que segundo a reportagem, produz espetáculos amadores em profusão, sofreu sérios prejuízos com a intransigência da censura, mas, quem mais perdeu, certamente, foram o público e a liberdade de expressão num país que já cantou tanto

como forma de protesto, como de nostalgia, os versos, desta vez de Caetano Veloso: “é proibido proibir”.

Notícia 4 – **Why Instagram Censored My Body** (Huffington Post)

Assim como acontece no Facebook e Twitter, a rede social Instagram também sofre censura quando são expostos corpos femininos.

Quando a conta da fotógrafa canadense Petra Collins foi retirada do ar, a sensação que teve foi a de ter sofrido uma violência física: “

The deletion of my account felt like a physical act, like the public coming at me with a razor, sticking their finger down my throat, forcing me to cover up, forcing me to succumb to society’s image of beauty.⁷

Essa notícia, narrada em primeira pessoa, revela a história da fotógrafa que postou uma foto em que aparecem seus pelos pubianos sobre uma calcinha de biquíni.



Figura 3 - Calcinha e pelos pubianos de Petra Collins censurada no Instagram. Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/petra-collins/why-instagram-censored-my-body_b_4118416.html. Acesso: 12 jul. 2015

Militante do corpo livre, não assujeitado às normas da estética midiática, a fotógrafa se diz acostumada a ver notícias que difamam mulheres por serem gordas ou vítimas de estupro, que mostram seus pelos ou sua menstruação, ainda que por desenhos em camisetas. Mais ainda: que se diz feliz por conseguir usar a internet e a tecnologia para militar a favor de um tratamento mais amigável entre as próprias mulheres.

⁷ “Quando minha conta foi deletada me senti como se estivesse com dores físicas, como se o público viesse em minha direção com uma navalha de barbear, enfiando um dedo na minha garganta, forçando-me a vomitar, forçando-me a me submeter a uma imagem de beleza imposta pela sociedade” (Tradução livre para o português).

Reconhece, também, que os perfis das redes sociais ajudam seus usuários a ter uma audiência, a começar uma discussão e mudanças.

Reconhece-se na censura sofrida por essa usuária o poder político de um grupo social que, embora não se saiba quem são seus componentes, sabe-se como agem. Ele é tão poderoso, que condiciona as ações e crenças dos demais e também a transmissão de formas simbólicas. Na contemporaneidade, esse poder passa, necessariamente, pela mídia, mas não é compartilhada de forma igualitária entre seus usuários. Como diz Venício Lima

o direito à comunicação constitui-se em direito civil – liberdade de expressão – em direito político – direito à informação – e em direito social – através do direito a uma política garantidora do acesso do cidadão aos diferentes meios de comunicação (2011, p. 220).

Certamente Petra Collins sente-se destituída de seu direito social, mas também faz forte apelo emocional quando insere, ao final da página, uma imagem em que está em lágrimas e se pergunta o que irá acontecer se deixarmos que a censura interceda em nossa vida real como em nossos perfis.

Fazendo-se de vítima e de injustiçada, seu relato é baseado exclusivamente em sua experiência pessoal, o que acaba por fazê-la isolar-se de seus leitores. Seu protesto apoia-se constantemente no pronome possessivo “my” (“meu”), como na frase adiante, em que aparece em maiúsculas:

I did nothing that violated the terms of use. No nudity, violence, pornography, unlawful, hateful or infringing imagery. What I did have was an image of MY body that didn't meet society's standard of "femininity." (Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/petra-collins/why-instagram-censored-my-body_b_4118416.html Acesso: 14 jul. 2015)⁸

Torna-se, neste aspecto, uma narradora de romances, no conceito de Walter Benjamin, distanciada. E, isso, em certa medida, esvazia sua militância, uma vez que não consegue angariar, por argumentos que não sejam exclusivamente passionais, a adesão de outros militantes contra a censura nos novos suportes midiáticos.

Notícia 5 - Presidente turco niega por completo la igualdad entre hombre y mujer
(avanzada.reduc.edu.cu)

⁸ Nada fiz que violasse os termos de uso. Não há nudez, violência, pornografia, coisas fora da lei, incitação ao ódio, ou imagens infratoras. O que eu realmente fiz foi uma imagem do meu corpo que não vai ao encontro do padrão social de “feminilidade”. (Tradução livre)

A Turquia tem sido mais reconhecida pelos seus aspectos turísticos do que pelos políticos.

Afinal, seu presidente, em nome da religião, tentou impor às mulheres a tarefa de terem ao menos três filhos, condenar o aborto e o adultério.

Não se trata aqui de julgar a religião islâmica, mas de reconhecer que, em termos de emancipação feminina, a Turquia tem retroagido. As mulheres no Ocidente conquistaram, ao longo dos séculos XIX e XX, uma relativa independência financeira, emocional e do corpo, após muitas lutas. Atualmente muitas delas ocupam as mais altas posições nas vidas corporativa e política, como no Brasil, na Alemanha, na Argentina, etc.

Vítimas da violência simbólica, as turcas também o são da violência física. Segundo cifras oficiais, cerca de 214 mulheres foram assassinadas por seus próprios companheiros, apenas no ano de 2013. Também são frequentes os ataques que sofrem por seus companheiros que jogam ácido em seus rostos, deformando-os e mutilando-os.

Além de não terem direito à voz, não têm oportunidade de trabalho remunerado e são julgadas, quando cometem infrações, com leis diferentes das dos homens.

Todos esses aspectos foram reforçados pelo discurso de Recep Tayyip Erdogan, presidente da Turquia, em 24 de novembro de 2014, em Ankara, numa conferência sobre mulheres e justiça. Segundo ele, não é correto colocar ambos os sexos em posições iguais “porque, tanto en su esencia como en sus condiciones, son diferentes”⁹.

(Disponível em: <http://avanzada.reduc.edu.cu/sitioanterior/index.php/mundo2/9251-presidente-turco-niega-por-completo-la-igualdad-entre-hombre-y-mujer>. Acesso: 14 julh.2015)

Para ele, a prioridade das mulheres deveria ser a maternidade, a mais alta posição a que podem almejar. E, para coroar sua posição, critica as feministas, por serem incapazes de compreender e aceitá-la.

Retomo mais uma vez Alain Touraine, para quem as mulheres muçulmanas, quando vivem no mundo ocidental e têm a possibilidade de se expressar, refletem com clareza sobre sua experiência pessoal e sobre a das outras mulheres. Reprimidas

⁹ Porque tanto em sua essência, como em suas condições são diferentes. (Tradução livre)

sexualmente e privadas dos direitos individuais, mas conscientes dos ritos, das proibições nos quais são aprisionadas, das desigualdades entre meninas e meninos, ainda assim permanecem fortemente ligadas ao Islã.

O sociólogo conclui que mesmo em cenários onde as mulheres são “arrasadas pelas proibições e injustiças, elas sempre fazem para transformar-se em agentes da própria libertação” (2010, p. 151)

A reportagem que permitiu essas reflexões foi escrita em terceira pessoa, sem autoria definida, e não tem o logo de nenhuma agência internacional de notícias. No entanto, estas ausências não desabonam a “verdade” da informação uma vez que a violência física e simbólica contra as muçulmanas são difundidas em todas as mídias e testemunhadas por suas vítimas.

O que chama a atenção nesta reportagem e que justifica sua inclusão no artigo é a prática milenar de um poder autoritário que exclui as mulheres de todas as instâncias públicas e as condena ao silenciamento, ao ocultamento de seus corpos, à repressão de sua sexualidade.

Suas histórias e memórias só serão lembradas em situações muito específicas: se estiverem vivendo no Ocidente, se os regimes teocráticos forem substituídos por democráticos e, principalmente, se a cultura daqueles países deixar de ser essencialista, isto é, abandonar o discurso sobre a natureza das mulheres e que também é ela que determina a diferença entre a psicologia masculina e a feminina (TOURAINÉ, 2010, p. 47).

Considerações finais

Como expressa Todorov, “a memória não é nem boa nem má” (2002, p. 191) e o que extraímos dela podem ser boas ou más reminiscências. Podemos sacralizar ou demonizar os depoentes, reconhecemo-nos nos personagens “positivos” ou nos horrorizarmos com os “maus”. Ainda seguindo seu raciocínio, nada garante também que ao ouvirmos o relato de um crime “abracemos a causa das vítimas” (2002, p. 196); é possível que um sádico ou um *voyeur* se identifique com o criminoso.

Também é possível que uma vítima de uma violência passada torne-se um agressor no tempo presente ou, dito de outra maneira: “Uma vez introduzido na

História, o mal não desaparece com a eliminação de seu agente original”. (TODOROV, 2007, p. 198)

Os exemplos aqui analisados, ainda que rapidamente, mostram diversos males cometidos contra mulheres em diferentes países e regimes. Todas elas foram vítimas de violência física, simbólica ou de ambas e de uma ação censória. O risco de suas histórias caírem no total esquecimento potencializa à medida que seus relatos não fazem parte das “grandes narrativas” e seus interlocutores nem sempre se identificam com eles.

Beatriz Sarlo esclarece que “propor-se não lembrar é como se propor não perceber um cheiro, porque a lembrança, assim como o cheiro, acomete, até mesmo quando não é convocada” (2007, p. 10) e que só se narra ou se remete ao passado por um tipo de relato, de personagens, de relações entre suas ações voluntárias e involuntárias (2007, p. 12).

Isso quer dizer que para preservar a memória seja das mulheres, dos homens, das vítimas ou dos opressores é necessário, em primeiro lugar, garantir que cada pessoa possa exercer seu direito à comunicação, isto é, garantir uma “relação constitutiva entre a comunicação, o poder e a cidadania” (LIMA, 2011, p. 215). Mas ainda que não exista essa condição ideal, o poder da palavra permanece e, por meio dela, brotam-se as narrativas e preservam-se as memórias.

Eliminando-se a censura, portanto, permite-se imediatamente a disseminação das narrativas, inspirada pela deusa grega da memória, Mnemosyne. É por meio dela que se funda a cadeia da tradição, que se transmitem os acontecimentos de geração em geração, que se permite esquecer para também poder se lembrar e se lembrar para também poder se esquecer.

Referências bibliográficas:

BENJAMIN, Walter. **O Narrador**: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COSTA, Cristina. **Censura em cena**; teatro e censura no Brasil. São Paulo: Edusp, Fapesp, Imprensa Oficial, 2008.

LIMA, Venício Artur de. **Regulação das comunicações**. São Paulo: Paulus, 2011.



SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. São Paulo: Companhia das Letras, Editoraufmg, 2007.

TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem**. São Paulo, Arx, 2002.

TOURAINÉ. Alain. **O mundo das mulheres**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

Sites Consultados:

<http://www.theguardian.com/commentisfree/2014/dec/02/claridges-breastfeeding-babies>.

<http://noticias.terra.com.br/mundo/oriente-medio/iraniana-e-condenada-a-prisao-por-tentar-ver-jogo-de-volei,2533141892f69410VgnCLD200000b2bf46d0RCRD.html>

<http://www.otempo.com.br/divers%C3%A3o/magazine/sesiminas-censura-espet%C3%A1culo-com-beijo-entre-mulheres-1.883877>

http://www.huffingtonpost.com/petra-collins/why-instagram-censored-my-body_b_4118416.html

<http://avanzada.reduc.edu.cu/sitioanterior/index.php/mundo2/9251-presidente-turco-niega-por-completo-la-igualdad-entre-hombre-y-mujer>